



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 2020

CONCEPÇÃO(ÕES) DA GESTÃO ESCOLAR PRESENTES NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

Cíntia Jesus de Almeida¹;

Solange Mary Moreira Santos²;

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana,

e-mail: cintiajesusalmeida@gmail.com

2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

solangemmsantos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gestão escolar; Conceição do Jacuípe; Análise documental

INTRODUÇÃO

A discussão sobre concepção de gestão da educação tem ganhado centralidade atualmente no Brasil, sobretudo por conta das grandes modificações que a organização do espaço escolar tem passado diante das várias reformas educacionais, ocorridas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Uma dessas modificações está especificada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e no Plano Nacional da Educação (PNE) nº 13.005/2014 que apontam para escola caminhos de uma gestão participativa e, sobretudo democrática. Nesse sentido, torna-se imprescindível a reflexão sobre o papel da gestão escolar para garantir a efetivação das políticas públicas educacionais, bem como o bom funcionamento da escola.

A gestão escolar segundo Silva (2007) está para além de administrar os processos escolares, ele associa ao conceito de gestão que significa “gerir, dar a vida” (SILVA 2007, p22), ou seja, a escola deve ter como objetivo principal a transformação, possibilitando uma vida mais justa e humana para os sujeitos. O autor deixa ainda evidente, que o ato de gerir não se resume meramente a resoluções de problemas de ordem administrativa, mas correlaciona com uma prática humana (SILVA, 2007).

Nesse contexto, esta investigação tem como objetivo analisar as concepções de gestão escolar presentes nos documentos oficiais do município de Conceição do Jacuípe no período de 1990 a 2015, evidenciando a relação entre a gestão escolar e as políticas

educacionais e as concepções de gestão escolar presentes nos documentos do município investigado.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

A análise documental foi a opção metodológica, tendo em vista que o documento, segundo Cellard (2012), nos permite agregar a dimensão do tempo, bem como, compreender fatos sociais de determinada época. Além disso, o autor acrescenta que a análise de documentos perpassa em algumas esferas que são o contexto, o autor, a autenticidade e confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica do texto. Desse modo, foram considerados os documentos produzidos pelo poder executivo e legislativo, do município de Conceição do Jacuípe no período de 1990 a 2015, a saber: portarias, decretos, leis, carta circular, resoluções, dentre outros encontrados durante a pesquisa.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Uma gestão pautada nos princípios da democracia e participação não se resume meramente a escolhas dos gestores, mas no compartilhamento dos poderes e tomada de decisões (PARO, 2006). Nesses documentos do município de Conceição do Jacuípe, produzidos no período 1990 a 2015, apresento dados que identificam as concepções de gestão escolar caracterizada, sobretudo pela escolha dos gestores através da nomeação política a partir de favoritismos políticos sem mecanismos de valorização de práticas democráticas nas escolas. A seguir passo analisar essas leis pelo ano da sua regulamentação.

A Lei Orgânica criada em 1990, dialoga com as orientações indicadas na Constituição Federal de 1988 que segundo Jesus (2019) esse processo possibilitou que os municípios ao se tornarem federados construíssem seus arcabouços normativos baseados da sua realidade. Nesse sentido a Lei Orgânica municipal indica em seu artigo 178, além da valorização profissional e a garantia do plano de carreira com o ingresso exclusivamente por concurso público, determina também a gestão democrática do ensino público na forma da lei.

Nas análises realizadas nesse documento fica evidente que apesar de indicar a “gestão democrática do ensino público” o referido documento não menciona a participação de representantes da comunidade escolar e sociedade civil e/ou de mecanismos para viabilização e consolidação de uma gestão democrática e participativa

o que torna esse documento perfunctório na investigação das formas de provimento do município pesquisado.

A Lei Municipal de número 604/2015, institui o Plano Municipal de Educação – PME no Município de Conceição do Jacuípe que traça como objetivo central reunir ferramentas para o estabelecimento de políticas públicas e orientação para a práticas educativa a serem executadas no período de dez anos respeitando os princípios de colaboração e gestão democrática. No que se refere a educação do ensino público, o PME afirma que a educação do Município está pautada nos ideais de liberdade, solidariedade e igualdade social

Sobre as atribuições do diretor e vice-diretor o documento indica que o provimento deve ser feito por servidores da área de educação e membros do conselho escolar eleitos em pleito pela comunidade escolar. Porém, a escolha desses é feita por indicação do poder Executivo junto a Secretaria de Educação, aparados pela “lei nº232 de 13 de dezembro de 2002, que concede ao Poder Executivo autorização “Pró-Tempore” para nomeação de dirigentes de escolas no município” (CONCEIÇÃO DO JACUÍPE, 2015, p89).

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

As análises documentais realizadas sobre “as concepções de gestão escolar do município de Conceição do Jacuípe” trazem à luz reflexões importantes, sobretudo dentro do campo das políticas e da gestão da educação, possibilitando vislumbrar as implicações enfrentadas para a implementação de processos democráticos na educação básica.

A imersão nesta pesquisa oportunizou uma reflexão aprofundada com base nos documentos encontrados, como também perceber as deficiências dos arcabouços normativos quando não estão alinhados com um objetivo central. A concepção de gestão escolar encontrada em seus documentos normativos do municípios de Conceição do Jacuípe não é única e instável, mas incerta e confusa. Pude constatar ainda que as concepções da gestão ainda estão pautadas no modelo tradicional que é caracterizada, sobretudo pela escolha dos gestores através da nomeação política a partir de favoritismos políticos sem mecanismos de valorização de práticas democráticas nas escolas. Apesar disso, a sistematização desses estudos nos orientam para novas possibilidades de uma gestão pautada nos princípios democráticos, distanciando-se da prática clientelista e conservadora.

Nesse sentido, tornam-se cada vez mais urgentes trabalhos e pesquisas científicas que contemplem todos os processos que contribuam para a democratização da educação,

considerando as especificidades e peculiaridades que são fundamentais para a identidade e pertencimentos dos sujeitos envolvidos. As concepções de gestão tanto educacional como escolar que devem ser defendidas, precisam partir, sobretudo de onde se prioriza a participação e o trabalho coletivo.

Portanto, partindo do pressuposto que uns dos princípios norteadores da gestão escolar são a participação e a democratização, a gestão então deve assumir a função de chamar toda a comunidade escolar (professores, alunos, funcionários, pais e responsáveis) para a organização do espaço escolar, principalmente nas tomadas de decisões, construção do currículo e no destino dos recursos oriundos das políticas educacionais. A escola precisa conhecer a realidade social em que está inserida, dialogando com as práticas cotidianas presentes na cultura dos alunos e buscando formas coletivas de solução dos problemas (interno e externo) que refletem diretamente na aprendizagem dos alunos e no bom funcionamento da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2020..

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 de Junho de 2020

BRASIL, **Plano Nacional da Educação**, nº 13.005/2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 22 de Junho de 2020

CELLARD, André. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. Ed. – Petrópolis, RJ. Vozes 2012.

CONCEIÇÃO DO JACUÍPE, **Lei orgânica do município de Conceição do Jacuípe**. Lei nº01/1990.

CONCEIÇÃO DO JACUÍPE, **Plano Municipal de Educação – PME**, Lei nº 604 – 2015.

JESUS, Gregório Luís. **Concepção(ões) de gestão escolar no processo de implementação das eleições de Gestores escolares no município de Tucano. Dissertação de mestrado**, Feira de Santana, 2019.

PARO, Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3.ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.

SILVA, Josias Benevides da. Um olhar histórico sobre a gestão escolar. **Educação em Revista**, Marília, 2007, v.8 p.21-34.